

## Outra História que a História não conta<sup>1</sup>

Em 29 de outubro de 2020, o Museu da República promoveu a 67ª Jornada Republicana, inaugurando a série de *lives* “Cuidando do Sagrado Afro-Brasileiro”, organizada em parceria com o Museu Vivo do São Bento.

A programação é parte das muitas atividades em torno de um fato histórico de grande relevância: a luta pela libertação de um conjunto de peças de matrizes religiosas afro-brasileiras apreendidas pela polícia ao longo de quase seis décadas, desde fins do século XIX até meados dos anos 1940.

Essas peças foram objeto de confisco durante batidas policiais em espaços de culto do candomblé e da umbanda no estado do Rio de Janeiro, o que então encontrava respaldo legal em três artigos do Código Penal de 1890<sup>2</sup>, que definia o exercício do espiritismo, charlatanismo, curandeirismo e a prática ilegal da medicina como crimes contra a saúde pública. Aplicado à criminalização de pais e mães de santo, todo esse aparato legal na prática evidenciava o preconceito e a intolerância religiosa de uma sociedade atravessada pela escravização e o racismo.

A partir de 1945, o conjunto das peças foi depositado no atual Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, à época criado como Museu do Departamento Federal de Segurança Pública. Contudo, desde sempre o povo de santo reivindicou a libertação dessas peças do domínio policial, encontrando, nos anos 1970, uma liderança incansável e direta em compreender essa luta como urgência social e reparação de justiça. Mãe Meninazinha de Oxum, Iyalorixá do Ilê Omolu e Oxum – terreiro de candomblé localizado no bairro de São Mateus, em São João de Meriti<sup>3</sup> –, invocando forças da natureza e ensinamentos da sua ancestralidade, deu novo alcance à luta, mobilizou a

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma produção coletiva, realizada em março de 2021, que reúne a pesquisadora do Museu da República, Maria Helena Versiani, e um grupo de professoras e professores do Ensino Fundamental e Médio em História, que são: Alex Bittencourt Sampaio Martins; Aline Abreu de Sousa; Aline Nunes Ferreirinha de Souza; Bruna Gonçalves de Araújo; Cinthia de Almeida Rodrigues; Danielli Florim; Fernanda Lúcia de Assumpção Planz; Fernando Luiz de Assumpção; Jean Pierre Borges de Souza; Marisa Luna de Lima; Pedro Mendes Claudino; Renata Bulcão Lassance Campos.

O título é inspirado no samba-enredo da Mangueira, de 2019, “A História que a História não conta”.

<sup>2</sup> < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> > (acesso em 17/03/2021).

<sup>3</sup> < <https://ileomolueoxum.org/> > (acesso em 17/03/2021)

comunidade de santo e sensibilizou artistas, militantes de movimentos sociais e autoridades públicas.

No curso desse longo processo, em 2017 foi organizada a Campanha Liberte Nosso Sagrado, afinal vitoriosa no objetivo de retirar o acervo sagrado do Museu da Polícia. Mãe Meninazinha e demais lideranças religiosas envolvidas na Campanha tomaram a iniciativa de contatar a direção do Museu da República, encontrando nessa instituição museológica a parceria desejada nos termos de uma gestão compartilhada do acervo.

Em 21 de setembro de 2020, o Nosso Sagrado foi transferido para o Museu da República, em festa de libertação, celebrada com emoção a toda prova, mas também com os cuidados requeridos em momento de pandemia. Poucos meses depois, a 22 de fevereiro de 2021, em sintonia com proposta da própria Mãe Meninazinha, foi aprovado um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro instituindo o dia 21 de setembro em calendário oficial como o “Dia Estadual da Libertação do Acervo Sagrado”.

Trata-se de 519 peças, agora preservadas no Museu da República. Na década de 1930, esse conjunto reunia em torno de 200 peças, que foram tombadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, constituindo o primeiro tombamento etnográfico do país, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. À época, foi assumido o nome depreciativo de “Coleção Museu da Magia Negra”. Posteriormente, até meados dos anos 1940, outras peças seriam confiscadas e incorporadas a essa “coleção”.

A transferência do acervo para o Museu da República ocorreu como processo público e com o envolvimento da Secretaria de Estado da Polícia Civil, do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, da Superintendência Estadual de Museus, do Ministério Público Federal e do Instituto Brasileiro de Museus. Envolveu também o apoio financeiro do Instituto Ibirapitanga e a participação executiva da Quiprocó Filmes, que realizou produções audiovisuais das etapas de luta e transferência do acervo.

Essa história inspirou a 67ª Jornada Republicana, reunindo Mãe Meninazinha de Oxum, sua filha de santo Mãe Nilce de Iansã e o atual diretor do Museu da República, Mario Chagas, contando também com a mediação da historiadora Maria Helena Versiani. O

evento, para além de iluminar aspectos da transferência do acervo sagrado e conjecturar sobre os próximos passos e desafios, reiterou a força da africanidade na cultura brasileira e o lugar dos museus na construção de sociedades democráticas.

Entre os expectadores da Jornada, fez-se presente um grupo de professoras e professores de História do ensino fundamental e médio, mestrandos do ProfHistória UFF. Precisos em compartilhar impressões pessoais sobre o evento e propostas educativas a partir do acervo sagrado, os seus registros convergem no entendimento da necessidade de recontar a História do Brasil pela via do enfrentamento ao racismo.

O Brasil republicano pós-abolicionista nasceu racista, ancorado na ideologia do branqueamento, combatendo sabedorias e institucionalidades afro-brasileiras. Junto ao preconceito pautado na cor da pele, a discriminação racista fez-se e faz-se presente também por meio de ações que operam para a desqualificação e mesmo criminalização das manifestações e expressões culturais afro-brasileiras, do que o Nosso Sagrado é exemplo.

Nesse sentido, a transferência desse acervo para o Museu da República inscreve-se também como ação estratégica de memória, que opera com o entendimento de que a herança africana deve ser conhecida, valorizada e acessada pelas gerações futuras. Uma força cultural brasileira. A organização, preservação e comunicação desse acervo desponta como ação afirmativa, acessando memórias e saberes que demandam por reconhecimento e visibilidade.

Os comentários de professoras e professores a partir da 67ª Jornada Republicana exprimem o mesmo sentimento de urgência: é preciso desmascarar o racismo e o racismo religioso no Brasil e isso passa pela transformação emancipadora dos currículos escolares e pela compreensão de que a africanidade é parte florescente da cultura brasileira.

Compreendendo a importância de entrar na escola com o Nosso Sagrado, a par de uma educação libertadora, nos termos de Paulo Freire<sup>4</sup>, aquela que constrói consciência social, em que o racismo não tenha vez, em que o desejo do oprimido não seja moldado para o desejo de ser opressor, concluímos este artigo destacando alguns desses comentários, organizando-os por autoria, em ordem alfabética:

---

<sup>4</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1 ed. 1970].

### Professor Alex Bittencourt Sampaio Martins

O debate foi uma aula de responsabilidade institucional e respeito social. Talvez devêssemos fazer o exercício de pensar sobre como iria repercutir no meio católico romano se a imagem de Nossa Senhora Aparecida fosse retirada da Basílica por uma força policial e jogada em qualquer sala trancada de uma delegacia.

Devemos refletir que a construção em torno do conceito de patrimônio deve acompanhar o respeito à igualdade de condições dentro de um ambiente democrático. Se a importância de qualquer patrimônio é sempre relativa, a soma dessas importâncias engloba a base do único convívio social possível, o pacífico e respeitoso, essencial.

O Museu da República ao aceitar receber e preservar esse acervo sagrado repara erros do passado e devolve o respeito que essas representações merecem, por sua importância para a construção da sociedade brasileira.

### Professora Aline Abreu de Sousa

O que antes era visto de forma pejorativa, deve ser compreendido como parte da nossa história e valorizado como patrimônio cultural brasileiro.

Tudo o que é relacionado à africanidade ou às religiões de matrizes africanas é tratado de forma depreciativa e desvalorizado por grande parte da sociedade brasileira, incluindo o poder público. Ações como essa do Museu da República são importantes para combater esse tipo de visão racista e preconceituosa.

O Museu, enquanto espaço para construção da cidadania, ao receber, estudar e divulgar essas peças, entra na luta para combater o racismo e a intolerância religiosa, atuando de forma contundente para a construção de uma sociedade mais justa e tolerante.

Essas peças devem ser compreendidas como parte da História do Brasil, ou seja, da nossa história. O Museu tem a missão de mostrar esse Brasil desconhecido que durante muito tempo foi menosprezado e desvalorizado. Ao cuidar, estudar e divulgar o Nosso Sagrado, com a colaboração e orientação do povo de santo, identificando cada item, o Museu se coloca como um espaço de compartilhamento e de troca de saberes, além de respeitar a coleção dentro da sua religiosidade. Isso é de essencial importância para se conhecer, compreender e valorizar essa parte da nossa história.

Professora Aline Nunes Ferreirinha de Souza

Precisamos reafirmar a necessidade de combater o racismo religioso, propagando a liberdade religiosa e de culto, assunto este que envolve e interessa a todos os seres humanos.

Fiquei extremamente feliz em conhecer a história desse acervo, sua importância para o povo de santo e também para o esforço de tentar romper o preconceito que envolve as religiões afro-brasileiras no nosso país. A representatividade desse acervo está intimamente ligada à necessidade que temos, no Brasil, de buscar e propagar a liberdade religiosa e de combater o racismo, na busca por uma sociedade que ressignifique o patrimônio e as artes como símbolos e representações dessas lutas!

Professora Bruna Gonçalves de Araújo

Se o patrimônio nasceu como um conceito atrelado à nação (ao país, ao nacional), ampliar as suas possibilidades para protagonistas não-brancos é também repensar a forma como a história do país é contada. Nesse sentido, o ensino de História também possui um papel importante.

Em certo momento da Jornada Republicana foi proposto por uma espectadora que fosse organizado no Museu da República um material didático em torno do acervo, para que professoras e professores de História pudessem abordá-lo em sala de aula.

Ao longo do encontro, emocionante e revelador, imaginei o Museu como um espaço de encruzilhadas, do “cruzo”, segundo o que propõe a pedagogia das encruzilhadas de Luiz Rufino. O Museu, nesse sentido, pode ser um espaço de cruzamentos entre a sala de aula, o terreiro, as ruas, os movimentos sociais, a academia, a história oficial e aquela que foi silenciada, a dos povos de terreiro, dos indígenas, dos homens e mulheres negros do nosso país. Espaço, como a sala de aula, da valorização de diversos saberes e da construção de conhecimento compartilhado.

### Professora Cinthia de Almeida Rodrigues

Apreendidos como prova de um suposto “crime”, os objetos sagrados foram reivindicados pelo povo de santo, como uma forma de resgate e reparação. Não havia crime nenhum na prática desta religiosidade, e tal suposição nos mostra a intolerância religiosa, o racismo, o preconceito e a injustiça social de uma época passada, mas que ainda reverbera nos nossos dias. Falar desse acervo é também rememorar toda injustiça e preconceito sofridos pelos afrodescendentes, refletir sobre o nosso presente e sobre a sociedade que queremos.

O museu, enquanto uma instituição ligada à República e ao Estado, reconhece a importância de um gesto e ato de reparação. Ao estudar esse acervo e lhe dar visibilidade assume a responsabilidade compartilhada e reconhece a sua importância no cumprimento desse dever de ofício.

Preservá-lo, estudá-lo, conhecer sua história, é antes de tudo deixar para o futuro a mensagem de que é preciso combater o racismo, e um ato de defesa da liberdade religiosa. Repetir a importância da história desse acervo é lutar por justiça.

O racismo religioso amplia a importância e urgência de conhecermos de fato as religiões de matriz africana e a missão que elas carregam como promotoras de saúde e comprometimento com sua comunidade. O conhecimento ainda é a melhor forma de combater a intolerância religiosa, portanto, mais que apontar para um passado de preconceito religioso, o acervo e sua história apontam para uma reflexão sobre o nosso presente e o futuro que queremos e devemos construir.

### Professora Danielli Florim S. de Souza

Há necessidade de observar essa coleção em sua dimensão sagrada, acessando os conhecimentos próprios ao povo de santo dentro de sua religião. Acima de tudo, deve prevalecer o respeito a essas pessoas em um momento de tanta intolerância que a nossa sociedade atravessa.

### Professora Fernanda Planz

Me anima saber que em breve o Nosso Sagrado estará disponível para a apreciação de todos. E não tenho dúvida de que o trabalho a ser feito a partir do acervo é um trabalho de combate ao preconceito e ao racismo, de inclusão social, de reconhecimento e aceitação das diferenças, de luta pelo reconhecimento dos direitos de todos, por um mundo melhor!

### Professor Fernando Luiz de Assumpção

Mãe Meninazinha, em suas palavras, chamou a atenção para a luta de mais de trinta anos para libertação dos objetos sagrados, lembrando de sua Mãe de Santo que sempre repetia a pergunta: como vamos tirar nossas coisas da polícia? Muito significativa essa referência de Mãe Menininha à sua avó biológica, que era também sua Mãe de Santo, pois mostra a ligação do povo dos terreiros com a ancestralidade e também deixa clara a importância da oralidade na tradição das religiões afro-brasileiras.

Mãe Nilce afirmou que uma reparação foi feita quando o acervo foi levado para o Museu da República. Alertou que repetiria muitas coisas que a Mãe Meninazinha já tinha falado, porque essa vitória do povo de santo tem que ser mostrada, pois significa uma vitória contra o racismo. Inclusive, precisa ser partilhada com jovens e alunos, para que entendam os significados da religião, sem preconceito. Também destacou a pronta aceitação desse acervo pelos responsáveis do Museu da República e a confiança de que o acervo vai receber o tratamento adequado por parte dos profissionais do Museu, sempre auxiliados por pessoas do povo de santo.

Estou convencido de que, sem respeitar esse conhecimento ancestral, cheio de amor e sensibilidade, não teremos sucesso em garantir a liberdade religiosa. Essa luta é minha e de todos que desejam uma sociedade mais igualitária.

### Professor Jean Pierre Borges de Souza

A intolerância religiosa não é algo recente. Quantas guerras santas foram travadas? Quantas “bruxas” foram queimadas nas fogueiras? Quantos atos de terrorismo cometidos

em nome de alguma religião aconteceram? E isso segue, mesmo com o direito humano fundamental positivado, desde 1948, na Declaração dos Direitos Humanos.

No Brasil não é diferente, apesar da liberdade religiosa já ter sido consagrada em algumas constituições antes da atual, e mesmo com o caráter de direito social fundamental da liberdade religiosa e de culto, este foi e é negado a uma parcela da população, especialmente aos adeptos das religiões de matrizes africanas.

É inadmissível, em pleno século XXI, que alguns acontecimentos sejam recentes e recorrentes, como invasões e depredações de terreiros, um crime de intolerância religiosa. Nosso país registra cada vez mais essas atrocidades. Mesmo sendo um Estado laico, vemos ataques a figuras e a imagens do culto afro-brasileiro, a expulsão de centros religiosos em comunidades cariocas, na Baixada Fluminense e em diversos outros lugares. Tem se tornado notícia reiterada que facções criminosas proíbem cultos ao sagrado afro-brasileiro.

Desta forma cabe perceber a importância da preservação do acervo sagrado, do respeito às religiosidades e aos que lutaram, resistiram e hoje cuidam do Nosso Sagrado, para que futuras gerações possam conhecer e desfrutar desse patrimônio cultural.

#### Professora Marisa Luna Nogueira de Lima

Lembrei que na minha tão “querente” Baixada Fluminense, onde moro e atuo há vários anos, terreiros e espaços sagrados – como o Centro do líder religioso Joãozinho da Gomeia, em Duque de Caxias, que, mesmo reconhecido como Patrimônio Cultural tombado pelo IPHAN, se encontra abandonado, sem sinalizações que informem sobre a importância do lugar – parecem ser alvo de políticas públicas do poder municipal focadas no objetivo de invisibilizar esses lugares e as religiões ali praticadas. Daí a necessidade de muitas produções voltadas para a educação patrimonial que valorizem as experiências nessas comunidades.



## Professor Pedro Mendes Claudino

Por uma dessas coincidências, dias antes de assistir a conversa com Mãe Meninazinha e Mãe Nilce, ainda em setembro, eu estava corrigindo uma questão do ENEM que abordava o Código Criminal de 1890. Os artigos destacados pela questão eram justamente os que atacavam o chamado “curandeirismo”, proibindo a prática e prevendo penas duras para quem fosse flagrado em seu exercício. Em outras palavras, para a República, obcecada com a possibilidade de embranquecer a população, criminalizar as manifestações culturais afro-brasileiras, da capoeira aos batuques, era uma oportunidade imperdível. Lembro-me claramente de ter dito para os alunos algo como: “você sabiam que a maior coleção de objetos religiosos afro-brasileiros do Rio está no Museu da Polícia há décadas sob o nome de ‘Magia Negra’”?

Para minha surpresa e felicidade, poucos dias depois dessa aula soube da transferência dos mais de quinhentos objetos sagrados do candomblé e da umbanda sequestrados no Museu da Polícia para o Museu da República. Claro que comuniquei o acontecimento aos alunos, não apenas os do pré-vestibular, mas os de todas as minhas muitas turmas, às vezes tendo que disfarçar a emoção. Eu só havia sentido coisa parecida no começo do ano, quando a Grande Rio levou à Sapucaí um enredo muito esperado pelo povo do Carnaval, homenageando o famosíssimo pai de santo baiano Joãozinho da Gomeia, o “rei do Candomblé”. Fiz absoluta questão de ouvir o lindo samba-enredo com os alunos, assim como me encarreguei de “traduzir” as expressões em iorubá e quimbundo para o português.

O que me encantou nas falas das duas mães de santo não foi apenas a celebração firme, porém doce e agregadora, de uma vitória sobre o racismo que alicerça a República. É fundamental celebrar a libertação do Nosso Sagrado e sua transferência para o Museu da República em comum acordo com a direção da instituição. A disposição de Mãe Meninazinha para tornar o 21 de setembro o ‘Dia Estadual da Libertação do Acervo Sagrado’ não deve deixar a menor dúvida a respeito da bravura dessa jovem octogenária. Meu fascínio é ainda maior, se é que posso escrever dessa forma, por um motivo nada simples: elas têm absoluta noção do que significa a presença do ‘arsenal da macumba’ em um museu criado para celebrar, nas palavras de Mário Chagas, a memória do poder, e o que isso poderá representar para estudantes, professores, pesquisadores e demais interessados em conhecer as peças do acervo. Abre-se a possibilidade de conhecer outras

histórias do Brasil, populares e cheias de luta e determinação. É como diz o refrão do já clássico samba enredo da Mangueira, “chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês”.

A luta, no entanto, não se encerrou com a chegada do Nosso Sagrado ao Catete. Pelo contrário, um outro capítulo da peleja começou, e engana-se quem pensa que o povo de santo não participará da gestão do acervo. Este é outro detalhe de fundamental importância: uma vez libertadas, as quinhentas e dezenove peças sagradas, confiscadas pela polícia em batidas que se estenderam do final do século XIX aos meados dos anos 1940, estão sob os cuidados compartilhados dos funcionários do museu e das lideranças do povo de santo, materializando a noção de museologia social. Nenhuma etapa da preparação das peças para uma futura exposição, pública e gratuita, ocorrerá sem que os saberes técnicos caminhem junto dos religiosos. Se há estátuas que precisam ser restauradas, há outras que não podem ser vistas pelo público. Questão de preceito, é preciso respeitar.

O Museu da República não fez nenhum favor aos muitos e muitas que lutaram pela libertação do Nosso Sagrado das garras da Polícia ao “cumprir um dever de ofício”, como disse Mario Chagas. E não fez, mesmo.

É coisa do passado o tempo em que a institucionalização da memória nos museus era privilégio dos saudosos do Império, como nos primeiros anos do Museu Histórico Nacional, e seus acervos, dispostos no Centro e na Zona Sul carioca, não contavam as histórias “dos de baixo”.

A Maré tem o seu museu, erguido e mantido por seus moradores, que desconstrói as noções lineares de tempo histórico que os livros didáticos costumam tratar como naturais. No site do Museu de Favela, localizado no Pavão-Pavãozinho, “o acervo são 20 mil moradores e seus modos de vida, narrativos de parte importante e desconhecida da própria história do Rio de Janeiro”. A Pequena África, ao mesmo tempo espaço e objeto de minha pesquisa de Mestrado, tem o Instituto Pretos Novos. Os subalternos, que nunca esperaram do poder que este lhes desse qualquer agrado, sempre estiveram na luta e construíram com esforço e ferramentas próprias narrativas sobre suas trajetórias que não precisam das bênçãos da Academia para que sejam válidas.

“É ponto de partida de um processo de abolição que ainda não acabou”, reforça Mãe Flávia em documentário sobre a chegada do Nosso Sagrado ao Museu da República. Para outra liderança do povo de santo, “é como se os objetos estivessem lá nos terreiros, mas estão aqui (no museu)”.

Eu arriscaria ir mais longe: já não é mais possível falar do Palácio do Catete apenas e tão somente como é percebido pelo senso comum - o palco do suicídio de Getúlio Vargas. Se para a museologia brasileira a chegada do acervo foi o acontecimento mais importante de 2020, para mim, negro e professor de História, é uma nova história do meu país que começa finalmente a ser contada. Novas histórias exigem, no fim das contas, novos currículos e a presença de outros saberes em sala de aula, pautados pelo respeito às diferenças e ao direito mais amplo à cidadania.

#### Professora Renata Bulcão Lassance Campos

A Jornada Republicana foi extremamente interessante, contando um pouco sobre a história dessas peças, que se encontravam em domínio policial desde o Pós-Abolição, marcando um período de intensa perseguição às religiões de matrizes africanas. O resgate desses objetos, articulado por pessoas públicas ligadas a essas religiões, constitui um movimento de reafirmação da cultura negra e também de reconstrução da narrativa republicana, na medida em que o acervo agora se encontra no Museu da República. A coleção que levava a alcunha de “magia negra”, é agora assumida como o “Nosso Sagrado”. Uma jornada emocionante.